

PROJETO CAMPUS ACESSÍVEL: DESAFIOS PARA A ACESSIBILIDADE EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Denise Vaz de Carvalho Santos
Halany Brito dos Santos
Gabriela Marcílio Rabelo Alves
Claudiane de Oliveira Santana
Érika Barbosa de Oliveira Souza
Márcia Elizabeth Pinheiro
Pablo Henrique Neves Barreto
Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
Universidade Federal da Bahia

RESUMO

Este artigo relata metodologia e resultados iniciais do Projeto Campus Acessível da Universidade Federal da Bahia, que visa realizar adequações em acessibilidade nas mais de 70 edificações e 4 campi universitários. O método de trabalho adotado possibilita o desenvolvimento de Pacotes de Ações em Acessibilidade (P.A.A.), que viabilizarão as obras de adequação e, ao mesmo tempo, alimenta dados sobre o nível de acessibilidade das edificações segundo critérios do Checklist de Acessibilidade. Em fase inicial, o Projeto avaliou 13 edificações, dentre elas 9 Pavilhões de Aulas, que atingiram entre 39% e 71% dos critérios do Checklist, porém apresentaram uma tendência para atendimento de premissas que não são exigências exclusivas da NBR 9050/2004 - Norma de Acessibilidade, atualizada em outubro de 2015. A análise dos dados ajuda a compreender os desafios enfrentados por estudantes com deficiência na busca pela educação de nível superior e a revelar os principais obstáculos à Acessibilidade Universal nos espaços físicos universitários.

ABSTRACT

This paper reports the methodology and initial results of the Accessible Campus Project, an initiative of Federal University of Bahia which aims to carry out adjustments in accessibility in over 70 buildings and 4 campuses. The method allows the development of Accessibility Actions Packages (P.A.A.), enabling building reforms and, at the same time, feeding a database about lands' accessibility level according to criteria from an Accessibility Checklist. At this initial phase, the project rated 13 buildings, which passed between 39% and 71% of the Checklist criteria, but showing a tendency to comply with requirements that are not exclusive of NBR 9050/2004 - Accessibility Brazilian Standard, updated in October 2015. Data analysis helps to understand the challenges faced by students with disabilities in the pursuit of higher education and to reveal the main obstacles to Universal Accessibility in colleges.

1. INTRODUÇÃO

Apesar de nos últimos anos as universidades federais brasileiras terem passado por um processo de expansão e modernização, com a criação de novos prédios e campi, a maior parcela do espaço físico destas instituições ainda data de anos anteriores à Norma Brasileira de Acessibilidade, de 2004 (NBR 9050/2004). Este fato sugere o porquê desses equipamentos públicos ainda conterem tantas inadequações em acessibilidade, desde as mais graves aos pequenos detalhes. O resultado prático: muitas universidades acabam por não permitir pleno acesso e uso democrático de seus espaços, notadamente por estudantes e servidores com deficiências motoras e visuais.

Novas edificações e aquelas que passam por reformas tendem a não apresentar ou procurar sanar os problemas mais graves de acessibilidade. Contudo, ações pontuais não têm demonstrado capacidade satisfatória de resposta em escala e tempo hábeis. As queixas da comunidade acadêmica e os processos advindos do MEC e órgãos de controle são prova disto. Desta forma, corroborando com Picceli et al. (2008), entende-se que uma resposta efetiva

requer um planejamento de ações intensivas, dedicadas exclusivamente a realizar adequações em acessibilidade em todos os prédios e espaços universitários.

(...) os esforços institucionais de adaptação para acessibilidade já efetuados (...) se encontram dispersos, insuficientes e sem uma coordenação sistemática de planejamento estratégico. (PICCELI et al., 2008)

Apostando nisto, a Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura da Universidade Federal da Bahia (UFBA) deu início, em fevereiro de 2015, ao *Projeto Campus Acessível*, que será descrito e ponderado nessa publicação, a fim de inspirar discussões e ações semelhantes em outras universidades.

2. PANORAMA REFERENCIAL E NORMATIVO

No Brasil, observa-se um processo de avanços científicos, tecnológicos e culturais nas discussões sobre acessibilidade. Corroborando com um dos princípios básicos da Constituição Federal Brasileira — o respeito à dignidade da pessoa humana (Brasil, 1988) — surgiram novos paradigmas, e com eles, novas leis, normas e também diversos trabalhos acadêmicos.

Foi a partir do Decreto 3.298 de 1999 que as universidades foram convocadas legalmente a conceber e adequar seus espaços para promover condições básicas de acesso e permanência de pessoas com deficiências. Em seguida, no ano de 2000, foram publicadas as leis 10.048/2000, que trata da prioridade no atendimento a idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais, a NBR 13.994, sobre elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência, e também a Lei 10.098/2000, que estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. No que tange as instituições de ensino superior, esta última, em seu capítulo quarto, dispõe:

(...) os locais (...) de aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação. (BRASIL, 2000a)

A partir das questões apresentadas e para dar diretrizes espaciais para a promoção da acessibilidade universal, a Associação Brasileira de Normas Técnicas publicou a Norma Brasileira NBR 9050 (ABNT, 2004), atualizada neste outubro de 2015. Esta norma veio estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade, proporcionando à maior quantidade possível de pessoas - independente da faixa etária, estatura, limitação física e de mobilidade e/ou percepção - a utilização autônoma e segura de todos os espaços e equipamentos arquitetônicos e urbanos.

No último dia 6 de julho, foi sancionada a Lei nº 13.146/2015, que cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O objetivo desta lei é assegurar os direitos das pessoas com deficiência, promover a equiparação de oportunidades, dar autonomia a elas e garantir acessibilidade no país. Dentre os diversos temas abordados, ressalta-se aqui os aspectos mais impactantes no âmbito das universidades públicas: a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares; o reforço sobre as exigências de

acessibilidade nas obras de construção, reforma ou ampliação; o atendimento às normas para a aprovação, licenciamento ou emissão de certificado de projeto executivo arquitetônico, urbanístico e de instalações e equipamentos temporários ou permanentes e para o licenciamento ou a emissão de certificado de conclusão de obra ou de serviço; e da aplicação do símbolo internacional de acesso nas edificações certificadas. Em especial, para o presente trabalho, esta lei discorre sobre a imprescindibilidade de se garantir acessibilidade universal em todas as dependências e serviços das edificações já existentes.

2.1. Acessibilidade nas Universidades Brasileiras

A seguir, são apresentados alguns trabalhos acadêmicos de universidades brasileiras que se dedicam a tornar seus espaços mais inclusivos através do desenvolvimento de planos de acessibilidade e equipes ou departamentos com o objetivo de criar ações que vão desde a conscientização e qualificação profissional, até a eliminação de barreiras arquitetônicas.

2.1.1. Universidade de São Paulo – USP – Campus Bauru

Possui uma Comissão para assuntos relativos a pessoas com deficiência, com atribuição de diagnosticar as barreiras arquitetônicas, propor intervenções para adequação dos espaços internos e externos do campus da USP e promover ações de conscientização da comunidade acadêmica. Possui o Programa USP Legal com a missão de elaborar políticas internas de inserção de pessoas com deficiência no ambiente universitário. A Comissão fez um mapeamento de barreiras físicas e intervenções executadas, obtendo dados por meio de percurso das áreas internas e acessos externos, realizando uma pesquisa somente descritiva e quantitativa cujos resultados ainda não foram utilizados na sua totalidade para implementação de ações de acessibilidade. (LAMONICA et al., 2008).

2.1.2. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Possui o laboratório *Adaptese*, da Escola de Arquitetura, que através de um levantamento das condições ambientais fez uma categorização de diferentes rotas externas de passagens entre edificações; criou uma simbologia representativa de diferentes situações; representou as informações coletadas em mapas impressos e interativos e desenvolveu projeto de mapas de acessibilidade no campus, disponibilizando-os em diversas mídias como áudio e gráficos tridimensionais e fotografias para atender a um público variado independente da condição física (PICCELLI et al., 2008).

2.1.3. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Possui o núcleo Pró-Acesso, que desenvolveu uma pesquisa intitulada “Acessibilidade aos Espaços de Ensino Público”, com ênfase em Desenho Universal no campus da UFRJ. Sua metodologia de coleta de dados concentrou-se, em grande parte, à identificação de determinadas atividades da vida cotidiana exercidas por pessoas com deficiência. A pesquisa concluiu que a inadequação dos espaços e acessos impediam que pessoas com deficiência pudessem frequentar a universidade ou levar uma vida acadêmica com autonomia (DUARTE e COHEN, 2004).

3. O PROJETO CAMPUS ACESSÍVEL DA UFBA

O Projeto Campus Acessível está dedicado a identificar, quantificar e qualificar a situação atual da Acessibilidade Universal em todo o espaço físico da UFBA, com base na NBR9050/2004 e, em seguida, desenvolver todos os documentos técnicos para viabilizar as adequações necessárias à plena acessibilidade em todas as edificações, espaços comuns e

acessos da universidade.

O objetivo primordial da iniciativa é a execução das obras de adequação em acessibilidade. Porém ainda não existem recursos definidos para essa finalidade, então faz parte do escopo de um projeto como este buscar a divulgação e sensibilização para ganhar visibilidade e aumentar as chances de sucesso na busca por recursos.

3.1. Caracterização da área de estudo

A Universidade Federal da Bahia é uma das maiores universidades públicas do Brasil. Segundo o UFBA em Números (UFBA, 2014), sua área territorial ultrapassa os 6 milhões de metros quadrados, sendo mais de 354 mil metros quadrados de área construída. O quantitativo de edificações, no ano referência de 2013, somava 32 unidades acadêmicas, 16 pavilhões de aulas, além de unidades administrativas, bibliotecas, museus e outras edificações que, juntas, chegam a mais de 70 imóveis distribuídos em 4 campi e lotes dispersos na malha urbana.

Apesar do crescimento da planta física com o Reuni, programa do governo federal destinado a reestruturação e expansão das universidades, a maior parte das edificações apresentam muitas irregularidades, que geram barreiras e interferem no livre acesso de pessoas com limitações físicas.

Para o Campus de Ondina, por exemplo, se concebeu na década de 1970 um *masterplan* com prédios em estilo modernista, como a Biblioteca Central (Figura 1). Muitos deles foram construídos nas décadas seguintes, e apesar de serem prédios com excelência funcional, com boa interação bioclimática, com escadas confortáveis e muitos até com previsão de elevadores, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida têm dificuldades em transitar pelo campus, principalmente quando não possuem vivência anterior do espaço. O sistema viário e as rotas externas de passagens têm características impróprias para acessibilidade e os benefícios já implantados estão isolados entre si.

Mas estas edificações das décadas de 1970 e 1980 não são os maiores desafios da acessibilidade com os quais o Projeto Campus Acessível terá de lidar. Ainda mais antigos e de complexas soluções são os edifícios das Faculdades de Belas Artes, de Teatro, o Casarão de São Lázaro e a Faculdade de Medicina da Bahia - cujo conjunto arquitetônico é tombado e data de 1893 (Figura 2).



Figura 1: Biblioteca Central faz parte do *masterplan* de 1976. Fonte: www.sumai.ufba.br



Figura 2: Complexo da Faculdade de Medicina da Bahia. Fonte: www.fameb200anos.med.ufba.br

4. METODOLOGIA

Fazer com que toda a planta física da Universidade se torne acessível não é uma realização que se viabiliza facilmente através de ações pontuais. Aguardar que cada um dos prédios demande reformas significativas que contemplem intervenções em escadas, sanitários, elevadores, rampas e circulações já mostrou que não é eficiente, haja vista a complexidade de uma instituição desse porte. E como esta, certamente há outras universidades no Brasil que se encontram com estes mesmos desafios. Pensando nisto, procurou-se definir um método, ou plano de ação, que se adeque aos processos de um setor administrativo de projetos, manutenção e obras, mesmo atravessando uma fase de escassez de recursos humano e financeiro.

4.1 Checklist de Acessibilidade

O Checklist de Acessibilidade é um documento de suporte nas vistorias e é importante para auxiliar na tomada de decisões no planejamento. É também um componente *sine qua non* para levar o trabalho desenvolvido à esfera científica. Com ele é possível identificar níveis de acessibilidade das edificações, ainda que de forma comparativa, além de prover informações rápidas e precisas sobre o atendimento ou não de determinados itens. Isto pode ainda desenrolar-se em um projeto de tecnologia da informação ao se dispor estas informações em mapas interativos ou aplicativos para *smartphones* a fim de se deixar os usuários cientes das condições que eles irão encontrar em cada prédio. Neste caso, os dados devem ser atualizados após as adaptações e os usuários podem atuar como colaboradores.

O Checklist adotado se baseia no manual *Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos*, do Ministério Público de Santa Catarina (DISCHINGER, 2012). Foi realizada uma seleção dos itens mais relevantes no uso das edificações por pessoas com necessidades especiais, como existência de elevadores adequados e em funcionamento ou meios de acessar o palco de um auditório e, em seguida, os itens escolhidos foram organizados em uma planilha que conterà dados de todas as edificações da Universidade. Cada coluna, à direita, corresponde a uma Unidade (edificação), as linhas são os itens vistoriados, atribuindo-se o valor 0 ou 1 para *sim* ou *não*, respectivamente. Na Figura 3, aparecem os primeiros cinco pavilhões de aulas vistoriados. Este sistema binário é fundamental para permitir o somatório e leitura percentual de atendimento por edificação ou por item (que pode ser chamado também por critério) e as análises quantitativas que derivam disto.

Quanto aos itens, eles foram subdivididos por temas a fim de orientar e facilitar o trabalho de vistoria em campo e pós-processamentos. São eles: áreas externas, acesso ao edifício, escadas, rampas, portas, atendimento / recepção, circulação interna, elevadores, sanitários, atividades coletivas, passeios e vagas de estacionamento.

A partir da adoção desse método de avaliação quantitativa procura-se estabelecer uma indicação comparativa do nível de acessibilidade das edificações da UFBA, extraindo-se percentuais de atendimento da cada Unidade.

Além da informação que sugere um nível de atendimento da acessibilidade para cada Unidade, obtida pelo percentual da soma das colunas, pode-se também extrair uma outra informação relevante desta planilha: quais são os itens que estão irregulares com maior frequência. Esta informação vem a partir do percentual de atendimento das linhas na planilha.

Por exemplo, uma linha que apresenta muitas avaliações zero indica um item que apresenta falha persistente. Observando os piores percentuais de atendimento por item, pode-se identificar falhas importantes, seja de projeto, de execução ou de manutenção. Em suma, sistematizar os dados é fundamental para a melhoria constante e para a tomada de decisão.

CHECKLIST DE ACESSIBILIDADE PARA AS UNIDADES DA UFBA		SUMAI Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura					
ÁREAS EXTERNAS		2015/02/09 PAF III	2015/02/09 PAF IV	2015/02/09 PAF V	2015/02/25 PAF I	2015/02/25 PAF VI	
1.1	Os mobiliários, placas, paisagismo e elementos nos acessos à edificação são dispostos de forma a não oferecer obstáculo ao deslocamento de pedestres, cadeirantes ou pessoas com deficiência?	1	1	1	1	1	1
1.2	Os pisos externos possuem superfície regular, firme e antiderrapante sob quaisquer condições climáticas?	1	1	0	1	1	0
1.3	Existe piso tátil de alerta na área externa e acessos, sinalizando situações que envolvam algum tipo de risco (desníveis, obstáculos)?	0	0	0	1	0	0
ACESSO AO EDIFÍCIO							
2.1	Na existência de desnível entre a circulação externa e a porta de entrada do edifício, há rampa ou equipamento eletromecânico que permita pleno acesso?		1	0	1		
2.3	No caso de existência de calçada, há acesso alternativo para cadeirantes, obesos ou pessoas com mobilidade reduzida?						
ESCADAS							
3.1	A largura mínima das escadas fixas é de 1,20m?	1	1	1	1	1	1
3.2	O piso da escada é antiderrapante?	1	1	1	1	1	1
3.3	Os degraus da escada possuem espelho entre 16cm e 18cm?	1	1	1	1	1	1
3.4	A profundidade do degrau (piso) é maior que 28cm e menor que 32cm?	1	1	1	1	1	1
3.5	Existe patamar sempre que há mudança de direção na escada?	1	1	1	1	1	1
3.6	Os patamares estão isentos de obstáculos que ocupem sua superfície útil (tal como abertura de portas)?	1	1	1	1	1	1
3.7	O primeiro e o último degraus de um lance de escada estão a uma distância de, no mínimo, 30 cm da área de circulação?	0	1	0	1	1	1
3.8	As escadas têm lance máximo de 15 degraus?	1	1	1	1	1	1
3.9	Os corrimãos estão instalados em ambos os lados da escada?	1	1	1	1	1	1
3.10	Os corrimãos estão instalados na altura aproximada de 90cm do piso medido de sua geratriz superior?	1	1	1	1	1	1
3.11	Os corrimãos possuem prolongamento mínimo de 30cm antes do início e após o término da escada?	1	1	1	0	1	1
3.12	Os corrimãos são contínuos e com extremidades recurvadas fixadas ou justapostas à parede ou ao piso?	1	0	0	0	0	0
3.13	Em caso de guarda-corpo, ele possui altura mínima de 90cm e barras intermediárias capazes de evitar acidentes com crianças ou pessoas de baixa estatura?	1	1	1	0	1	1
3.14	Existe sinalização podotátil de alerta no início e término da escada?	0	1	0	0	0	0
3.15	Todo degrau ou escada tem sinalização visual na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento?	1	0	0	0	0	0
3.16	Há sinalização em Braille, informando sobre os pavimentos no início e no final dos corrimãos de escadas?	0	0	0	0	0	0
RAMPAS							
4.1	A inclinação da rampa é no máximo de 8,33% (1:12) em prédios novos ou de 12,5% (1:8) em prédios antigos?	1			1	1	1
4.2	A largura mínima da rampa é de 1,20m?	1			1	1	0
4.3	O piso da rampa e dos patamares é revestido com material antiderrapante, firme, regular e estável?	1			1	1	0
4.4	No início e no término da rampa, existem patamares com dimensão mínima longitudinal de 1,20m além da área de circulação adjacente?	1			1	1	0
4.5	Existe patamar sempre que há mudança de direção na rampa?	1			1	1	1

Figura 3: Trecho de Checklist para as Unidades da UFBA, baseado em Dischinger (2012).

4.2. Pacotes de Ações em Acessibilidade

Os produtos técnicos do Projeto são denominados Pacotes de Ações em Acessibilidade (PAA), que são subsídio fundamental para possibilitar a plena adequação dos espaços físicos da UFBA. Estes são compostos por toda a documentação técnica necessária para subsidiar um Termo de Referência para dar prosseguimento à licitação e, em seguida, para se executar as intervenções físicas. Cada Pacote contém projetos para dez a vinte edificações para atender o princípio da economicidade, possibilitar melhor resultado no processo licitatório e na gestão das obras. Um Pacote de Ações em Acessibilidade é, portanto, composto pela documentação técnica para intervenções de grupos de edificações, e está organizado da seguinte forma:

4.2.1. Caderno de Recomendações

O Caderno de Recomendações é o primeiro documento técnico de cada edificação, este é composto de relatório fotográfico apontando as irregularidades em acessibilidade encontradas na Unidade e para cada problema demonstrado, é especificada uma recomendação de serviços a serem executados para corrigir os elementos que tornam aquele espaço pouco ou nada acessível.

4.2.2. Caderno de Projetos

O Caderno de Projetos é um documento complementar ao Caderno de Recomendações. Sempre que houver uma intervenção que não possa ser facilmente entendida por orçamentistas ou pelos fiscais de obras na forma textual ou com desenhos padrão, será necessária representação técnica em plantas, cortes e detalhes do serviço a ser executado; e para evitar equívocos devem-se utilizar códigos que relacionem o ambiente que sofrerá a intervenção em plantas chaves.

4.2.3. Caderno de Especificações Gerais em Acessibilidade

Para tornar as documentações unificadas e evitar retrabalhos, optou-se pela criação de um arquivo único que deverá conter a especificação de todos os materiais e equipamentos que

serão utilizados nas intervenções de todas as edificações. Mais que um simples documento técnico próprio de especificação, este traz figuras ilustrativas para auxiliar na visualização das premissas requeridas de cada material.

4.2.4. Manual para o Projeto de Comunicação Visual e Acessível

Como será pontuado na seção de Resultados, uma das questões mais carentes para a acessibilidade nos prédios da UFBA é a comunicação e sinalização. Quando presentes, elementos de sinalização são meramente visuais e geralmente sem o contraste necessário para tornar-se legível para pessoas com baixa visão. A partir de um modelo de comunicação visual já utilizado pela Universidade, fez-se as adaptações necessárias para torná-lo adequado aos tamanhos, contrastes e acessível ao tato.

4.2.5. Pacote Orçamentário

O Pacote Orçamentário é a peça documental indispensável, através da qual os recursos para a execução das obras poderão ser solicitados aos órgãos superiores. Como o orçamento precisa estar sempre atualizado, o tempo dedicado à preparação deste concomitante às outras peças do PAA pode se restringir à quantificação e identificação dos materiais e composições especificadas, evitando assim o retrabalho. No final, então, os valores devem ser adicionados - de forma manual ou automatizada.

4.2.6. Manual de Utilização

Pretende-se criar um Manual de Utilização que pode ser um pequeno encarte com orientações de uso dos espaços acessíveis e com ilustrações de erros frequentes na gestão destes espaços para buscar na própria Unidade uma parceria pela acessibilidade. Esta é uma forma de alertar os gestores da Unidade vistoriada para alguns usos inadequados dos espaços, que acarretam em perda de qualidade ou até mesmo na sua inutilização. São exemplos disto o uso de sanitários acessíveis como depósitos ou vestiários do pessoal da limpeza, ou simplesmente a colocação de lixeiras onde se daria a área de transferência lateral do cadeirante.

Todos os arquivos da documentação modelos estão disponíveis para aplicação técnica ou em pesquisa por outras universidades. A solicitação deve se dar por e-mail ou pela página do Projeto: campusacessivel@ufba.br ou [facebook.com/campusacessivel](https://www.facebook.com/campusacessivel).

4.3 Cronograma: Planejado x Executado

Foi elaborado um cronograma de atendimento das Unidades, baseado no diagrama de Gantt, que ilustra o avanço das diferentes etapas do projeto, sendo que os intervalos de tempo representando o início e fim de cada fase aparecem como barras coloridas sobre o eixo horizontal do gráfico, em que cada unidade de tempo representa uma semana (Figura 4). Previu-se, inicialmente, um pequeno grupo de vistorias na primeira semana (1 a 5 edifícios, a depender da complexidade), depois mais uma semana para desenvolver os Cadernos de Recomendações destes edifícios, outra para desenvolver as plantas técnicas para estas intervenções e mais duas para elaboração dos pacotes orçamentários. No final de cada grande grupo, previu-se mais uma semana para finalizar aquele Pacote de Ações em Acessibilidade pronto para ser encaminhado para elaboração do Termo de Referência (TR) para licitação das obras.

O planejamento é fundamental para orientar o andamento do trabalho. Contudo, é necessário que este esteja sempre atualizado. A Figura 5 é o planejamento conforme executado. Em

ambos os cronogramas estão representados em *amarelo* as vistorias, *laranja* desenvolvimento do Caderno de Recomendações, *verde* elaboração de plantas técnicas, *azul claro* orçamentos e *azul escuro* o fechamento do Pacote do grupo. Em *cinza* são as eventualidades, como férias e licenças, que na existência de mais de um coordenador de Projeto terá menor impacto.

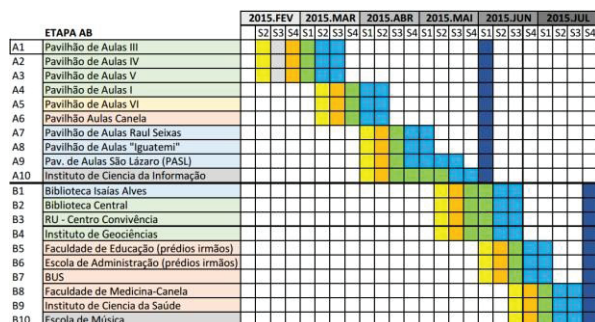


Figura 4: Cronograma planejado para elaboração dos Pacotes de Ações em Acessibilidade.



Figura 5: Cronograma aproximado de como se deu o andamento dos trabalhos.

A grande divergência entre o planejado e o executado se deu em virtude da inserção de novos elementos durante o processo sugeridos por um Grupo de Trabalho entre a equipe da UFBA e arquitetos especialistas em acessibilidade da Superintendência dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria da Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. Pois entende-se que parcerias desse tipo devem ser sempre buscadas, para uma melhoria contínua.

4.4 Equipe

Foi designada uma profissional arquiteta urbanista para coordenar o Projeto, com dedicação exclusiva, incluindo planejamento, desenvolvimento e todas as atividades técnicas necessárias para possibilitar as intervenções. É de responsabilidade deste profissional realizar o plano de ação, cronograma de vistorias e de desenvolvimento, criar os documentos padrão de relatórios, plantas, especificações, *checklist* etc, além de se munir de apoio técnico e das ferramentas necessárias às vistorias - câmera fotográfica, trenas, nível adaptado para inclinação de 8,33% etc. Além disso, esta pessoa deve estabelecer formas de interação com a comunidade, sobretudo com núcleos de apoio a pessoas com necessidades especiais, e com setores afins em entidades governamentais que possam dar alguma contribuição técnica ou financeira ao Projeto.

Nos primeiros meses do Projeto na UFBA, a equipe contou com uma estagiária de arquitetura para auxiliar nas vistorias, na elaboração dos *checklists* e no desenvolvimento dos desenhos técnicos. No sexto mês do Projeto, a equipe cresceu e é agora composta por duas estudantes de arquitetura e uma de engenharia civil, através do Programa Permanecer da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da Universidade, que viabilizou bolsas de auxílio financeiro, a fim de intensificar os esforços e procurar dar mais agilidade ao projeto.

Vale ressaltar que, inserido dentro do setor técnico da UFBA, a equipe conta também com o apoio de outros profissionais, o que é fundamental para a qualidade dos produtos finais. Mas ainda assim, somente a elaboração do trabalho técnico e documental não garante o sucesso do projeto, pois é necessário que haja uma colaboração de todos os envolvidos na execução e na manutenção dos espaços acessíveis, desde os gestores das Unidades até os responsáveis pela limpeza. Por isso as atividades que visam promover a capacitação e sensibilização dessas

pessoas são de extrema importância.

Um outro aspecto que não pode ser perdido de vista é o constante diálogo com a comunidade interessada. Conversar, coletar ideias, expor os projetos e colocá-los a prova. A Norma ABNT é a base norteadora, mas projetos participativos têm muito maiores chances de sucesso.

5. PRIMEIROS RESULTADOS E PERSPECTIVAS

Nos três meses plenos dedicados ao Projeto, foram realizadas vistorias e desenvolvidos *Checklists*, Caderno de Recomendações e projetos arquitetônicos de 9 pavilhões de aulas, 4 unidades acadêmicas que solicitaram urgência e de 2 grandes áreas de acessos a edifícios para 2 campi. Estima-se que, em cerca de 24 meses, seja possível finalizar o trabalho técnico de desenvolvimento dos Pacotes de Ações em Acessibilidade para as mais de 70 edificações da UFBA.

5.1 Resultados Iniciais

Alguns resultados, ainda que empíricos, baseados na vivência prática das vistorias e do processo de desenvolvimento deste trabalho, merecem ser compartilhados. Primeiramente, pode-se começar a traçar breves análises quantitativas a partir dos dados sistematizados na planilha do Checklist de Acessibilidade, que contém dados percentuais sugerindo um nível de atendimento dos critérios de acessibilidade para cada Unidade vistoriada e, de maior valor para a ciência, o percentual de atendimento de cada critério, ou item, de acessibilidade nas Unidades.

5.1.1 Checklist de Acessibilidade - comparativo entre Pavilhões de Aulas

A partir do preenchimento do *Checklist*, sintetizou-se os percentuais de atendimento dos itens - ou critérios - de acessibilidade dos pavilhões de aulas da UFBA. Ainda são poucas as amostras para traçar conclusões consistentes. O que fica evidente, ao se atribuir escala de cores aos percentuais é que estas edificações têm um atendimento da acessibilidade mediano. Os percentuais dos 9 pavilhões variam de 39% a 71%, sendo que este último passou por reforma recentemente que incluiu sanitários acessíveis, rampas e sinalização podotátil nos acessos.

No Quadro 1, optou-se por ordenar os pavilhões por ano de construção ou reforma, das mais antigas para as mais recentes. Os pavilhões construídos ou reformados posteriormente à NBR 9050/2004 têm fundo cinza, com média de 61% de atendimento. A média de atendimento dos pavilhões anteriores à norma é de menos de 51%. Esta visualização confere com a percepção vivenciada nas vistorias: existe uma preocupação maior no desenho universal nos últimos anos. Porém, como média geral, de 55%, e a escala de cores sugere - do vermelho para péssimo ao verde para ótimo - a acessibilidade nos Pavilhões de Aulas da UFBA ainda deixa a desejar.

Quadro 1: Percentual obtido no Checklist de Acessibilidade dos Pavilhões de Aulas, em ordem cronológica do ano da construção.

PAIG	PARS	PAC	PAF III	PASL	PAF IV	PAF V	PAF VI	PAF I	Média	Meta
39%	46%	53%	59%	51%	65%	54%	54%	71%	55%	100%

5.1.2 Checklist - ranking de atendimento dos critérios de acessibilidade

Com os dados dos itens de acessibilidade atendidos pelos pavilhões de aulas montou-se o Quadro 2. Ele informa a distribuição de frequência destes percentuais. Olhando para os extremos, 27% dos 111 critérios de acessibilidade foram atendidos em apenas 0 a 20% das edificações vistoriadas. Por outro lado, 37% dos critérios foram atendidos em 80 a 100% das Unidades.

Porém, analisando mais de perto - vendo exatamente quais são os critérios frequentemente atendidos - percebe-se que estes são critérios que impactam na acessibilidade mas que não exigem conhecimento ou atendimento específico desta norma, por serem cobertos pelo senso comum ou por outras normas, como as de saídas de emergência. São exemplos disto os seguintes critérios que tiveram 100% de atendimento: “A largura mínima das escadas fixas é de 1.20m?” e “A profundidade do degrau (piso) é maior que 28cm e menor que 32cm?”.

Quadro 2: Frequência do atendimento dos critérios de acessibilidade em intervalos.

0-20%	20-40%	40-60%	60-80%	80-100%
27%	8%	13%	14%	37%

No outro extremo, dos 14 critérios que tiveram atendimento em 0% das edificações, 12 deles são indicações diretas da NBR 9050, e mais especificamente, relacionadas à sinalização e comunicação acessível. São exemplos: “Existe suporte informativo (diagramas, mapas, quadros) visual e tátil, que possibilitem ao usuário localizar-se, identificar o local das diferentes atividades e definir rotas para o uso do edifício de forma independente?” e, nos elevadores, “Há sinalização sonora para informação do pavimento?”

Mais uma vez, apesar de ainda em primeira análise, há um indício de que o maior impecílio para a plena implantação da acessibilidade é a sensibilização e a falta do conhecimento específico.

5.2 Perspectivas

Neste primeiro ano, o Projeto Campus Acessível da UFBA prevê o desenvolvimento de Pacotes de Ações em Acessibilidade para cerca de 30 das mais de 70 edificações da Universidade na cidade de Salvador, Bahia, entre unidades acadêmicas e administrativas além de intervenções no meio urbano dos campi. O primeiro grupo de Unidades, para os quais os trabalhos já estão em andamento, é composto sobretudo pelos pavilhões de aulas e seus acessos – espaços por onde quase todos os estudantes passam durante a graduação. Em seguida, o planejamento se dá com base na demanda, que tomará como base as informações cedidas pelas diretorias, colegiados e pessoas com deficiência através de um formulário online.

Paralelamente a este planejamento macro e processual para a adequação do espaço físico de toda a Universidade, o Projeto Campus Acessível está de portas abertas para conversar e receber demandas específicas da comunidade e buscar meios de realizar pequenas intervenções emergenciais necessárias através da Coordenação de Manutenção ou outras parcerias.

A partir da sugestão de estudantes ligados ao NAPE - Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais - foram colocamos no ar dois portais de

comunicação permanente com a comunidade: uma página de *facebook/campus acessível* e um blog de facilitada leitura (*campusacessivel.ufba.br*).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão do Projeto Campus Acessível da UFBA está prevista para o final de 2016. Além de possibilitar a realização de obras de extrema importância para a universidade, este estudo permitirá testar e aprimorar métodos, processos, refletir sobre eles e então difundir o conhecimento adquirido com as comunidades acadêmicas e técnicas das universidades brasileiras. O impacto prático deste trabalho é direto, espacial. Mas enquanto pesquisa, o projeto permite extrair uma quantidade significativa de dados *in loco* além de informações vivenciais que, devidamente exploradas e relatadas, podem subsidiar abordagens científicas de grande valor.

A meta final da iniciativa, seja pelo caminho da ciência ou da prática, é alcançar uma maior inclusão social e educacional de pessoas com deficiências motoras, visuais, idosos, a todos de fato, nos espaços universitários. Se há um lugar onde não se pode admitir nada menos que ambientes planejados e adequados capazes de promover o acesso e a autonomia de todos os indivíduos, é nas instituições públicas superiores.

Com os resultados iniciais já perceptíveis, o que fica implícito é a carência na formação universitária em arquitetura e engenharia civil no que tange a Acessibilidade Universal. A disciplina, quando existe, é vista ainda de forma muito pontual e pouco integrada. O reflexo desta carência está evidenciado nas edificações e nos espaços, sejam públicos ou privados, na universidade ou em outras instituições.

Agradecimentos

À Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (Proae) da UFBA, pelas três bolsas do Programa Permanecer concedidas ao Projeto Campus Acessível e aos colegas da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura pelo apoio técnico e cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT (2004) *NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro, RJ.
- BRASIL (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 292 p.
- _____. (1989) *Decreto nº. 3.298. Regulamenta a Lei nº 7.853*. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, DF.
- _____. (2000a) *Lei nº 10.098*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF
- _____. (2000b) *Lei nº 10.048*. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF
- _____. (2015) *Lei nº 13.146 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Brasília, DF
- DISCHINGER, M. (2012) *Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público* / M. Dischinger, V. H. M. B. Ely, S. M. D. G. Piardi. – Florianópolis: MPSC.
- DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. (2004) *Acessibilidade aos Espaços do Ensino e Pesquisa: Desenho Universal na UFRJ – Possível ou Utópico?* In: NUTAU: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade.
- GUIMARAES, M. P.; PICCELI, A.F.B.; GRENFELL, C.P. (2009) *O processo de mapeamento da acessibilidade no campus da UFMG*. In: V Seminário Sociedade Inclusiva: diversidade e sustentabilidade do local ao global. Belo Horizonte, p.1-11.
- LAMÔNICA, D. A. C.; ARAÚJO, P. ; SIMOMELLI, S. B. J.; CAETANO, V. L. S. B.; REGINA, M. R. R.; REGIANI, D. M.. (2008) *Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru*. Rev. Bras. Ed. Esp., Mai.-Ago. 2008, v.14, n.2, p.177-188.